



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



IFMG

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Assistente Social

EDITAL Nº 374/2025

CÓD: SL-070MA-25
7908433275534

Língua Portuguesa

1. Texto e discurso	9
2. Interpretação	9
3. Tipologia	10
4. Fatores de textualidade: coesão e coerência	11
5. Intertextualidade	13
6. Argumentação	16
7. Língua, linguagem e multimodalidade	17
8. Variação linguística, preconceito linguístico	19
9. Significação das palavras e efeitos de sentido, denotação e conotação	20
10. Figuras de linguagem	24
11. Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática normativa da língua portuguesa: emprego de sinais de pontuação	27
12. Classes de palavras: função das palavras nos enunciados e nos textos, emprego de conectores	32
13. Emprego de tempos e modos verbais	41
14. Estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período	42
15. Regência nominal e verbal	46
16. Concordância nominal e verbal	50
17. Ortografia de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, contemplando o Novo Acordo Ortográfico	53

Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Administração Pública - Art 37 a 41	63
2. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações	69
3. Licitação e Contratos; Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações	94
4. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e suas alterações	166
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE): Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e suas alterações	168
6. Lei de Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e suas alterações	174
7. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e suas alterações	178
8. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações - Título I, Das Disposições Preliminares (artigos 1º ao 6); Capítulo IV, Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (artigos 53 ao 59-A); Título VII, Dos Crimes e Das Infrações Administrativas, Capítulo I e Capítulo II (artigos 225 a 258)	197
9. Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG: Resolução IFMG nº 12, de 2 de maio de 2018	202
10. Regimento Geral do IFMG: Resolução IFMG nº 20, de 8 de outubro de 2021	207

Informática

1. Sistema Operacional Windows 10/11: conceitos; utilização do sistema; interface de trabalho; recursos de pesquisa; configuração e operação do mouse e teclado; logon e logoff no sistema; configurações de vídeo, recursos de ajuda; formatação de dispositivos de armazenamento; painel de controle; configurações do sistema e personalizações; teclas de atalho; instalação e remoção de programas; utilitários e acessórios; manipulação de janelas e programas; gerenciamento de pastas e arquivos; editores de textos e imagens; inicialização automática de programas; gerenciamento de energia; gerenciamento de impressoras; execução de programas; tipos de arquivos; recursos segurança; antivírus; configuração e utilização de recursos para acesso e navegação na Internet; configuração de rede sem fio	213
2. Editor De Texto (Microsoft Word, Versão Online / Documentos Google Workspace): utilização, personalização e configuração do ambiente; interface; digitação, edição, formatação de parágrafos, revisão e formatação de texto; atalhos de teclado; estrutura e aparência do texto; elementos gráficos; texto em colunas; listas; tabelas; estilos; cabeçalho e rodapé; notas de rodapé; numeração de páginas; imagens; ferramentas de desenho; elementos visuais; ordenação e organização de conteúdos; comentários; formatos de documentos; impressão; exportando documentos; proteção de documentos; hiperlinks; referências cruzadas; definição de lembretes; configurações de idioma; verificação ortográfica; autocorreção; autotexto; sumários; índices; vínculos de informações e conteúdos; suplementos.....	238
3. Editor de planilhas (Microsoft Excel, Versão Online / Planilhas Google Workspace): criação, edição e compartilhamento de planilhas eletrônicas; funções e fórmulas; importar e analisar dados; formatar dados	251
4. Internet e ferramentas: conceitos, utilização. navegação segura na web;; conhecimento sobre navegadores (Google Chrome, Microsoft Edge, Mozilla Firefox)	267
5. Correio eletrônico	271
6. Ferramentas de conferências Web (Google Meet, Microsoft Teams).....	274
7. Compartilhamento de arquivos online (Google Drive, Microsoft Onedrive)	277
8. Formulários Google.....	277
9. Hardware: Conhecimento básico sobre os componentes de um computador, como CPU, memória RAM, placa de vídeo e discos rígidos.....	278
10. Segurança para internet: VPN; autenticação (Múltiplo fator de autenticação); mecanismos de segurança; backup; criptografia; códigos maliciosos; spam; ataques na internet; vazamento de dados; privacidade e proteção de dados	281

Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social.....	287
2. Estado, Política Social e Questão Social	290
3. Família e Proteção Social	293
4. Instrumentais Técnico-Operativos do Serviço Social.....	295
5. Interdisciplinaridade e Serviço Social	297
6. Serviço Social, Processos de Trabalho e Mundo do Trabalho	298
7. Legislação da Criança e do Adolescente	300
8. Processos das/os Assistentes Sociais; Instrumentalidade do Serviço Social.....	339
9. As Atribuições e Competências Profissionais das/os Assistentes Sociais.....	339
10. Autonomia Relativa e Trabalho Profissional	344
11. Emissão de Opinião Técnica e a Produção de Documentos.....	345
12. Ética e Serviço Social; Ética e Sigilo Profissional.....	349

ÍNDICE

13. A Elaboração do Projeto de Trabalho Profissional	354
14. O Debate Teórico-Metodológico contemporâneo	355
15. Projeto Ético- Político do Serviço Social Brasileiro	355
16. Serviço Social, Direitos Humanos e Diversidade Humana; Serviço Social na Educação	356
17. Conservadorismo e neoconservadorismo	358

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO E DISCURSO

A análise literária requer uma compreensão clara das distinções e interações entre texto e discurso. Esses conceitos, embora interrelacionados, possuem diferenças fundamentais que influenciam a maneira como interpretamos as obras literárias.

► Definição de Texto

O texto é a unidade básica de comunicação escrita, constituído por um conjunto de signos organizados de maneira coesa e coerente para transmitir uma mensagem. Em termos literários, o texto pode ser um poema, um conto, um romance ou qualquer outro gênero literário. Ele é a forma concreta que contém o conteúdo produzido pelo autor.

Um exemplo clássico de texto é “Dom Casmurro” de Machado de Assis. Como texto, “Dom Casmurro” é composto pelas palavras, frases, capítulos e estrutura narrativa que Machado de Assis escolheu para contar a história de Bentinho e Capitu.

► Definição de Discurso

O discurso, por outro lado, é mais abrangente e inclui não apenas o texto em si, mas também as condições de produção e recepção desse texto. Isso abrange o contexto histórico, social e cultural no qual o texto foi escrito e lido, as intenções do autor, as expectativas do público e as interpretações possíveis.

Por exemplo, o discurso de “Dom Casmurro” inclui a maneira como Machado de Assis aborda temas como ciúme, dúvida e traição, bem como as diferentes interpretações que leitores ao longo do tempo têm dado à obra. O discurso envolve a relação entre o texto e os valores, ideologias e contextos que o cercam.

► Relação entre Texto e Discurso

A relação entre texto e discurso é dinâmica e complexa. O texto é a manifestação física da linguagem, enquanto o discurso é a prática social que dá significado ao texto. Um texto só pode ser plenamente compreendido quando analisado dentro do seu discurso.

Por exemplo, “Dom Casmurro” não pode ser reduzido apenas à sua narrativa textual. O discurso envolve as questões sobre a fidelidade de Capitu, as implicações sociais e morais da suspeita de Bentinho e as diversas leituras que críticos literários e leitores comuns têm feito ao longo dos anos. O discurso revela como a obra dialoga com seu contexto histórico e cultural, assim como com outras obras literárias.

► Texto e Discurso na Prática Literária

Na prática literária, a distinção entre texto e discurso ajuda a identificar diferentes camadas de significado em uma obra. Um texto pode ser lido superficialmente por sua trama e persona-

gens, mas uma análise discursiva revela as intenções do autor, as mensagens subjacentes e as relações com o contexto social e histórico.

Por exemplo, em “1984” de George Orwell, o texto narra a vida de Winston Smith em uma sociedade totalitária. No entanto, o discurso envolve uma crítica ao controle governamental, à manipulação da verdade e à perda de liberdade individual. Analisar apenas o texto de “1984” como uma história de ficção científica perde a profundidade crítica que Orwell pretendia transmitir através do discurso.

► Importância da Distinção

Compreender a distinção entre texto e discurso é essencial para a análise literária porque permite uma abordagem mais completa e contextualizada da obra. Enquanto o texto fornece a estrutura e o conteúdo, o discurso oferece as ferramentas para interpretar e situar esse conteúdo em um panorama mais amplo, levando em conta influências externas e intenções internas.

Exemplos Práticos:

▪ **Texto:** “Vidas Secas” de Graciliano Ramos - Descrição da vida de uma família sertaneja.

▪ **Discurso:** Crítica social e política sobre a pobreza e a exploração no sertão nordestino.

▪ **Texto:** “Memórias Póstumas de Brás Cubas” de Machado de Assis - Narrativa de um defunto-autor sobre sua vida e morte.

Discurso: Ironia e crítica à sociedade do século XIX, explorando temas como a hipocrisia e a vaidade humana.

A análise de texto e discurso é uma ferramenta poderosa para explorar as camadas de significados em uma obra literária. Ao distinguir e relacionar esses conceitos, podemos compreender melhor não apenas o que é dito, mas como e por que é dito, revelando a riqueza e a profundidade da literatura.

A interação entre texto e discurso nos permite ver além das palavras, alcançando as intenções, contextos e interpretações que moldam a experiência literária.

INTERPRETAÇÃO

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que

leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

- Leia lentamente o texto todo: no primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.
- Releia o texto quantas vezes forem necessárias. Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.
- Sublinhe as ideias mais importantes: sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.
- Separe fatos de opiniões. O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).
- Retorne ao texto sempre que necessário. Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.
- Reescreva o conteúdo lido. Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

TIPOLOGIA

DESCREVER, NARRAR, DISSERTAR

Tudo o que se escreve é redação. Elaboramos bilhetes, cartas, telegramas, respostas de questões discursivas, contos, crônicas, romances, empregando as modalidades redacionais ou tipos de composição: **descrição**, **narração** ou **dissertação**.

Geralmente as modalidades redacionais aparecem combinadas entre si. Seja qual for o tipo de composição, a criação de um texto envolve **conteúdo** (nível de ideias, mensagem, assunto), **estrutura** (organização das ideias, distribuição adequada em introdução, desenvolvimento e conclusão), **linguagem** (expressividade, seleção de vocabulário) e **gramática** (norma da língua).

Narra-se o que tem história, o que é factual, o que acontece no tempo; afinal, o narrador só conta o que viu acontecer, o que lhe contaram como tendo acontecido ou aquilo que ele próprio criou para acontecer.

Descreve-se o que tem sensorialidade e, principalmente, perceptibilidade; afinal, o descrevedor é um discriminador de sensações. Assim, descreve-se o que se vê ou imagina-se ver, o que se ouve ou imagina-se ouvir, o que se pega ou imagina-se pegar, o que se prova gustativamente ou imagina-se provar, o que se cheira ou imagina-se cheirar. Em outras palavras, descreve-se o que tem linhas, forma, volume, cor, tamanho, espessura, consistência, cheiro, gosto etc. Sentimentos e sensações também podem ser caracterizados pela descrição (exemplos: paixão abrasadora, raiva surda).

Disserta-se sobre o que pode ser discutido; o dissertador trabalha com ideias, para montar juízos e raciocínios.

DESCRIÇÃO

A descrição procura apresentar, com palavras, a imagem de seres animados ou inanimados — em seus traços mais peculiares e marcantes —, captados através dos cinco sentidos. A caracterização desses entes obedece a uma delimitação espacial.

O quarto respirava todo um ar triste de desmazelo e boemia. Fazia má impressão estar ali: o vômito de Amâncio secava-se no chão, azedando o ambiente; a louça, que servia ao último jantar, ainda coberta pela gordura coalhada, aparecia dentro de uma lata abominável, cheia de contusões e roída de ferrugem. Uma banquinha, encostada à parede, dizia com seu frio aspecto desarranjado que alguém estivera aí a trabalhar durante a noite, até que se extinguiu a vela, cujas últimas gotas de estearina se derramavam melancolicamente pelas bordas de um frasco vazio de xarope Larose, que lhe fizera as vezes de castiçal.

(Aluísio Azevedo)

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ART 37 A 41

— Da Administração Pública

Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do *caput* do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

— Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada.

O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

— Princípio da Impessoalidade

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

— Princípio da Moralidade

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

— Princípio da Publicidade

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

— Princípio da Eficiência

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	Indireta
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

INFORMÁTICA

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10/11: CONCEITOS; UTILIZAÇÃO DO SISTEMA; INTERFACE DE TRABALHO; RECURSOS DE PESQUISA; CONFIGURAÇÃO E OPERAÇÃO DO MOUSE E TECLADO; LOGON E LOGOFF NO SISTEMA; CONFIGURAÇÕES DE VÍDEO, RECURSOS DE AJUDA; FORMATAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO; PAINEL DE CONTROLE; CONFIGURAÇÕES DO SISTEMA E PERSONALIZAÇÕES; TECLAS DE ATALHO; INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE PROGRAMAS; UTILITÁRIOS E ACESSÓRIOS; MANIPULAÇÃO DE JANELAS E PROGRAMAS; GERENCIAMENTO DE PASTAS E ARQUIVOS; EDITORES DE TEXTOS E IMAGENS; INICIALIZAÇÃO AUTOMÁTICA DE PROGRAMAS; GERENCIAMENTO DE ENERGIA; GERENCIAMENTO DE IMPRESSORAS; EXECUÇÃO DE PROGRAMAS; TIPOS DE ARQUIVOS; RECURSOS SEGURANÇA; ANTIVÍRUS; CONFIGURAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA ACESSO E NAVEGAÇÃO NA INTERNET; CONFIGURAÇÃO DE REDE SEM FIO

WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

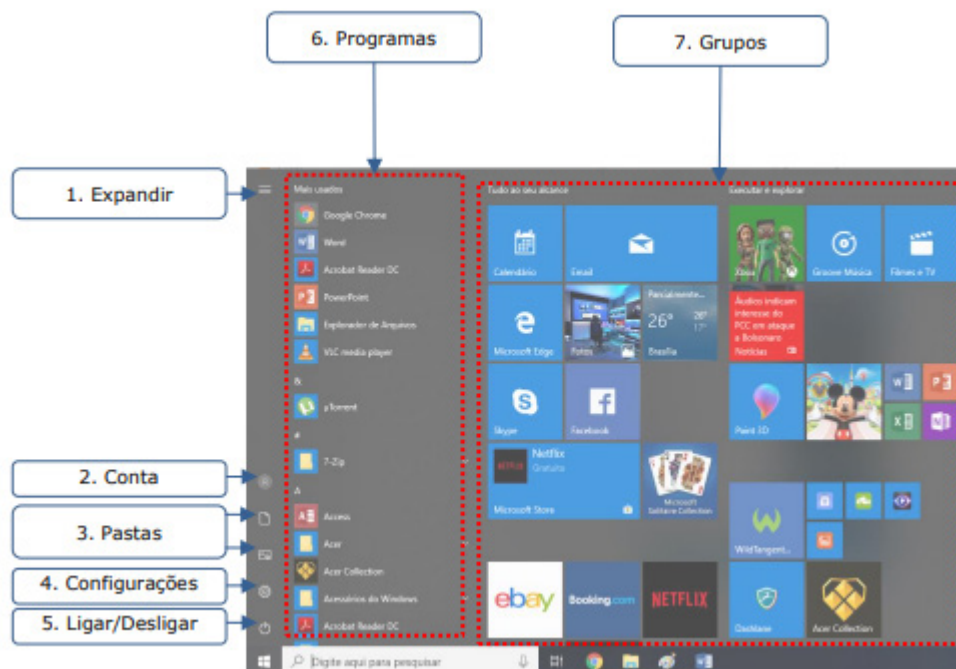
Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

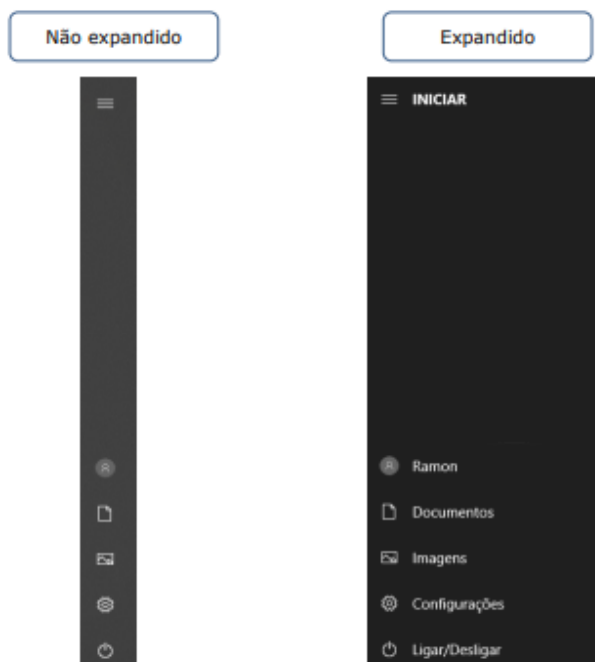
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Social

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social, como profissão, possui uma trajetória notável na Assistência Social no Brasil, marcada por transformações profundas e um compromisso contínuo com a justiça social e a promoção de direitos. Desde suas origens nas primeiras décadas do século XX, em um contexto de acelerada urbanização e industrialização, até a atualidade, o Serviço Social tem desempenhado um papel crucial na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a proteção e inclusão social dos segmentos mais vulneráveis da população.

A evolução do Serviço Social na Assistência Social é uma história de adaptação e resistência, em que a profissão buscou se afirmar como um campo de conhecimento técnico e científico, ao mesmo tempo em que se manteve comprometida com os valores éticos de justiça e igualdade. Inicialmente influenciado por práticas caritativas e filantrópicas, o Serviço Social brasileiro passou por diversas fases de renovação e consolidação, especialmente a partir da década de 1960, quando começou a incorporar uma perspectiva mais crítica e emancipadora.

— Origens do Serviço Social no Brasil

O Serviço Social no Brasil teve suas raízes fincadas no início do século XX, em um período caracterizado por intensas transformações socioeconômicas. A urbanização acelerada e a industrialização emergente trouxeram à tona novos problemas sociais, como a precarização das condições de trabalho, a desigualdade social e a ausência de políticas públicas de proteção social. Nesse cenário, a Igreja Católica desempenhou um papel crucial na introdução e disseminação do Serviço Social no país, impulsionada por sua doutrina social e pelas ações caritativas voltadas para os pobres e marginalizados.

Influência da Igreja Católica

A Igreja Católica, através de suas organizações de caridade e movimentos sociais, foi pioneira na criação de instituições voltadas para o atendimento dos necessitados. A criação da União Católica Brasileira, em 1908, e a realização do Congresso Católico de 1916 são exemplos de iniciativas que visavam a promoção de ações caritativas e a formação de profissionais capacitados para atuar nas áreas de saúde e assistência social. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras iniciativas de formação de assistentes sociais, com o intuito de estruturar uma prática profissional baseada em princípios éticos e religiosos.

Primeiras Escolas de Serviço Social

A institucionalização do Serviço Social no Brasil começou com a criação das primeiras escolas de formação. A Escola de Serviço Social de São Paulo, fundada em 1936 pela Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, foi a primeira instituição dedicada à formação de assistentes sociais no país. Seguiram-se outras, como a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, em 1937, e a Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, em 1938. Essas escolas tinham como objetivo formar profissionais capacitados para atuar na assistência social, com ênfase nas práticas de caridade e filantropia.

Regulamentação e Primeiros Passos

A década de 1940 marcou um período de institucionalização e regulamentação da profissão. A promulgação do Decreto-Lei nº 1.058, de 29 de outubro de 1942, foi um marco fundamental, pois regulamentou a profissão de assistente social e estabeleceu normas para a formação e atuação desses profissionais. Esse decreto definiu que o Serviço Social deveria ser uma profissão reconhecida pelo Estado, com formação acadêmica específica e atuação em diversas áreas, como saúde, educação e assistência social.

O Serviço Social começou a se distanciar das práticas meramente assistencialistas e caritativas, adotando uma abordagem mais técnica e científica. A atuação dos assistentes sociais passou a ser orientada por uma perspectiva mais ampla, que incluía a análise das causas estruturais da pobreza e da marginalização social, bem como a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Impacto das Teorias Críticas

Nos anos 1960, o movimento de renovação do Serviço Social trouxe uma mudança paradigmática significativa. Influenciados pelas teorias críticas e marxistas, os assistentes sociais começaram a questionar as estruturas sociais injustas e a buscar intervenções que promovessem a emancipação dos indivíduos e grupos marginalizados. Esse período foi marcado pela ampliação do campo de atuação do Serviço Social, incluindo novas áreas como habitação, previdência e assistência ao trabalhador.

As primeiras décadas de atuação do Serviço Social no Brasil foram fundamentais para a construção de uma identidade profissional e para a definição de um campo de atuação voltado para a defesa dos direitos sociais e a promoção da justiça social. As influências iniciais da Igreja Católica e as práticas de caridade e

filantropia deram lugar a uma profissão cada vez mais técnica e comprometida com a transformação social, preparando o terreno para os avanços e desafios que viriam nas décadas seguintes.

— Consolidação e Profissionalização

A consolidação e profissionalização do Serviço Social no Brasil ocorreram de forma mais intensa a partir da década de 1940, com a institucionalização da profissão e a regulamentação das práticas profissionais. Este período foi marcado por uma série de avanços legais e estruturais que contribuíram para a definição do Serviço Social como uma profissão reconhecida, técnica e voltada para a promoção da justiça social.

Decreto-Lei nº 1.058 de 1942

A promulgação do Decreto-Lei nº 1.058, de 29 de outubro de 1942, representou um marco histórico para a profissão. Esse decreto regulamentou a formação e a prática dos assistentes sociais, estabelecendo diretrizes que garantiram a profissionalização e a inserção do Serviço Social nas políticas públicas. Entre os principais pontos, o decreto definiu que o exercício da profissão estaria condicionado à obtenção de diploma em cursos específicos de Serviço Social reconhecidos pelo governo.

A regulamentação garantiu que os assistentes sociais tivessem uma formação acadêmica sólida, com conhecimentos teóricos e práticos necessários para atuar em diversas áreas, como saúde, educação, previdência e assistência social. Isso contribuiu para a valorização da profissão e para a qualificação dos serviços prestados à população.

Expansão das Escolas de Serviço Social

Na década de 1950, houve uma expansão significativa das escolas de Serviço Social em todo o país, impulsionada pela demanda crescente por profissionais qualificados. Essa expansão foi fundamental para a disseminação do conhecimento técnico e científico no campo do Serviço Social e para a formação de um número cada vez maior de assistentes sociais.

As escolas de Serviço Social passaram a oferecer currículos mais robustos, com disciplinas voltadas para o estudo das ciências sociais, direito, economia e políticas públicas. Essa formação multidisciplinar permitiu que os assistentes sociais desenvolvessem uma compreensão mais ampla e crítica das questões sociais e das políticas públicas, capacitando-os para intervir de forma mais eficaz na realidade social.

Movimento de Renovação do Serviço Social

A partir da década de 1960, o Serviço Social no Brasil passou por um movimento de renovação, influenciado pelas teorias críticas e pelo pensamento marxista. Esse movimento representou uma ruptura com as práticas assistencialistas e caritativas que predominavam até então, propondo uma abordagem mais crítica e emancipadora.

Os assistentes sociais começaram a questionar as estruturas sociais injustas e a buscar intervenções que promovessem a transformação social. O foco deixou de ser apenas o atendimento das necessidades imediatas dos indivíduos e passou a incluir a luta pela mudança das condições estruturais que geravam a pobreza e a exclusão social.

Enfoque Crítico e Emancipador

O movimento de renovação trouxe para o Serviço Social um enfoque crítico e emancipador, que enfatizava a importância da análise das relações de poder e das desigualdades sociais. A prática profissional passou a ser orientada por princípios éticos e políticos que buscavam a promoção da justiça social, a defesa dos direitos humanos e a emancipação dos indivíduos e grupos sociais.

A incorporação das teorias críticas ao Serviço Social contribuiu para a construção de uma prática profissional mais consciente e engajada, voltada para a transformação das condições de vida dos setores mais vulneráveis da sociedade. Essa mudança de perspectiva fortaleceu o compromisso dos assistentes sociais com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ampliação do Campo de Atuação

Durante esse período, houve uma ampliação significativa do campo de atuação do Serviço Social. Os assistentes sociais passaram a atuar em novas áreas, como habitação, previdência, assistência ao trabalhador, justiça e direitos humanos. Essa diversificação do campo de atuação refletiu a complexidade crescente das demandas sociais e a necessidade de intervenções mais integradas e abrangentes.

A atuação dos assistentes sociais em diferentes áreas contribuiu para a consolidação da profissão como um campo de conhecimento e intervenção fundamental para a promoção do bem-estar social e a garantia de direitos. A profissionalização e a ampliação do campo de atuação fortaleceram o Serviço Social como uma profissão comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A consolidação e profissionalização do Serviço Social no Brasil representaram um avanço significativo na construção de uma profissão técnica e comprometida com a justiça social. A regulamentação da profissão, a expansão das escolas de Serviço Social, o movimento de renovação e a ampliação do campo de atuação foram marcos importantes que contribuíram para a valorização e qualificação dos assistentes sociais.

Esse processo de profissionalização permitiu que o Serviço Social se afirmasse como um campo de conhecimento e intervenção essencial para a promoção da justiça social e a defesa dos direitos humanos, preparando-se para enfrentar os desafios das décadas seguintes.

— O Serviço Social na Redemocratização e na Constituição de 1988

Contexto da Redemocratização

A redemocratização do Brasil, iniciada na segunda metade da década de 1970 e consolidada na década de 1980, trouxe um contexto de intensa mobilização social e política. Esse período foi marcado pelo fim da ditadura militar (1964-1985) e pela abertura política que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988. A participação ativa da sociedade civil, incluindo movimentos sociais e organizações de classe, foi essencial para a construção de um novo pacto social baseado na ampliação dos direitos e na democratização das políticas públicas.